

Colono: Antonio Amarante  
N. C. de Rio Paraíso Lóte n.º 284  
Processo n.º \_\_\_\_\_

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO

Faz saber aos que o presente virem, que havendo a Comissão de Planejamento da Produção, de acordo com o parecer do Departamento de Assistência Técnica, baseado na Lei n.º 336, de 6 de Dezembro de 1949, concedido, à título de doação, ao colono: Antonio Amarante

agricultor, o lote número duzentos e oitenta e quatro do NÚCLEO COLONIAL DE Rio Paraíso situado no município de Poxoréu, criado pel \_\_\_\_\_

n. \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 19\_\_\_\_, e achando-se o processo de doação revestido das formalidades legais, resolveu conferir-lhe o presente título definitivo de propriedade, do referido lote, o qual tem a configuração

de um Quadrilátero, com a área de 25ha 7200 m<sup>2</sup> ha. (vinte e cinco hect. sete mil e duzentos m<sup>2</sup>) e com os seguintes LIMITES: NORTE lote n.º 285 OESTE com terras

de Apolinário Ferreira SUL lote n.º 283 LADOS 1-2-9º30'NW-420mts  
LESTE lote n.º 287 2-3-62º00'NE-573mts; 3-4-28º00'SE-400mts; 4-1-62º00'SW-713mts.

MARCOS: 1º nos limites do lote n.º 283 e das terras de Apolinário Ferreira; 2º nos limites das terras de Apolinário Ferreira; 3º nos limites dos lotes n.º 285 e 287; 4º nos limites dos lotes n.º 284 e 283, como tudo consta do memorial

e planta que ficam arquivados nesta Comissão de Planejamento da Produção, juntamente com o processo de medição e loteamento do referido Núcleo Colonial.

Dado e passado na Comissão de Planejamento da Produção, aos 20 dias de Julho de 19 59, Eu, \_\_\_\_\_  
Chefe do Departamento de Assistência Técnica o fiz escrever e assino.

Transcrito por <u>Dulce V. de Jesus</u>	Conferido por	Visto
--	---------------	-------

## **CERTIDÃO DE DIGITALIZAÇÃO**

**BASE LEGAL: DECRETO Nº 10.278, DE 18 DE MARÇO DE 2020**

**CERTIFICAMOS**, por meio deste instrumento que todas as páginas anteriores pertencentes a este documento foram convertidas do meio físico para o digital pela empresa:

IMAGEDOCS APOIO ADMINISTRATIVO EM GESTAO DE ACERV

e que o arquivo em formato PDF aqui certificado foi conferido, representando **CÓPIA FIDEDIGNA** dos documentos físicos originais, este documento também foi certificado digitalmente pelo padrão ICP-Brasil cumprindo os requisitos do Decreto Nº 10.278, de 18 de março 2020, todo o processo foi realizado nos termos a cumprir na integra o Art. 5º do referido decreto, seguindo assim todos os padrões para que o documento digitalizado se equipare ao documento físico para todos os efeitos legais e para a comprovação de qualquer ato perante pessoa jurídica de direito público interno, vejamos a seguir todas as informações solicitadas pelo decreto:

**I - ASSINADO DIGITALMENTE COM CERTIFICAÇÃO DIGITAL NO PADRÃO DA INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA - ICP-BRASIL, DE MODO A GARANTIR A AUTORIA DA DIGITALIZAÇÃO E A INTEGRIDADE DO DOCUMENTO E DE SEUS METADADOS.**

IMAGEDOCS APOIO ADMINISTRATIVO EM GESTAO DE ACERV  
38083617000190##

**II - SEGUIU OS PADRÕES TÉCNICOS MÍNIMOS PREVISTOS NO ANEXO I.**

DOCUMENTO: Textos manuscritos, com ou sem ilustração, em preto e branco

RESOLUÇÃO MÍNIMA: 300 DPI

COR: Escala de cinza

FORMATO DE ARQUIVO: PDF/A

## CERTIDÃO DE DIGITALIZAÇÃO

### III - CONTER, NO MÍNIMO, OS METADADOS ESPECIFICADOS NO ANEXO II.

Autor: INTERMAT  
Titulo: 0134\_2025-00143\_221.5\_COLONIA RIO PARAISO\_SD  
Assunto: LIVRO FUNDIÁRIO  
PalavrasChave: LIVRO FUNDIÁRIO  
Aplicativo: SCANMASTER  
Produtor: INTERMAT  
Identificador: 0134\_2025-00143\_221.5\_COLONIA RIO PARAISO\_SD.pdf  
Responsavel: IMAGEDOCS  
Tipo Documental: LIVRO FUNDIÁRIO  
Hash: 9AF1F0D4BBC8A22BCFCB3F3541E3C042  
Local-Data-Hora: MT - CUIABA / 11/04/2026 13:42:13  
Classe: 221.5  
Referencia PCTTD:TABELA DE CLASSIFICACAO E TEMPORALIDADE DA AREA FI  
M DO INTERMAT  
Data Producao: 11/04/2026 13:42:13  
Destinacao: GUARDA PERMANENTE  
Genero: TEXTUAL  
Prazo Guarda: 00 ANOS

**OBSERVAÇÃO:** A empresa responsável pela migração de suporte papel para digital: IMAGEDOCS APOIO ADMINISTRATIVO EM GESTAO DE ACERV reafirma a não responsabilidade quanto a atividade de descarte dos documentos físicos originais conforme previsto no Art. 9º, essa atividade é de inteira responsabilidade da detentora da documentação, sugerimos a devida leitura deste artigo e integralidade do Decreto para avançar de forma correta, estruturada e formalizada.

MT - CUIABA / 11/04/2026 13:42:13

